



A Santa Sé

**MENSAGEM VÍDEO DO PAPA FRANCISCO
AOS PARTICIPANTES NO ENCONTRO DE POLÍTICOS CATÓLICOS
ORGANIZADO PELO CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM)
E PELA PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA (CAL)**

[BOGOTÁ 1 - 3 DE DEZEMBRO DE 2017]

Bom dia!

Desejo antes de mais saudar e agradecer aos dirigentes políticos que aceitaram o convite para participar num evento que eu mesmo encorajei desde a sua génese: «o Encontro dos leigos católicos que assumem responsabilidades políticas ao serviço dos povos da América Latina». Saúdo também os senhores Cardeais e Bispos que os acompanham, com os quais tereis um diálogo que será muito útil para todos.

Desde o Papa Pio XII até hoje, os Pontífices que se sucederam referiram-se sempre à política como “nobre forma de caridade”. Poderia ser traduzido também como *serviço* inestimável de dedicação para a consecução do bem comum da sociedade. A política é antes de mais serviço; não é serva de ambições individuais, de prepotência de facções e de centros de interesses. Como serviço, nem sequer é dona, pretendendo regular todas as dimensões da vida das pessoas, recorrendo até a formas de autocracia e totalitarismo. E quando falo de autocracia e de totalitarismo não estou a falar do século passado, mas sim de hoje, do mundo de hoje, e talvez também de alguns países da América Latina. Poderíamos afirmar que o serviço de Jesus — que veio para servir e não para ser servido — e o serviço que o Senhor exige dos seus apóstolos e discípulos é por analogia o tipo de serviço que se pede aos políticos. Trata-se de um serviço de sacrifício e de dedicação, a ponto que por vezes os políticos podem ser considerados “mártires” de causas pelo bem comum das suas nações.

O ponto de referência fundamental deste serviço, que requer constância, engajamento e inteligência, é o bem comum, sem o qual os direitos e as mais nobres aspirações das pessoas, das famílias e dos grupos intermediários em geral, não poderiam realizar-se plenamente, porque viria a faltar o espaço organizado e civil no qual viver e trabalhar. É de certa forma o bem comum

concebido como clima de crescimento da pessoa, da família, dos grupos intermediários. O bem comum. O Concílio Vaticano II definiu o bem comum, segundo o património da Doutrina Social da Igreja, como «o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição» (*Gaudium et spes*, 74).

É claro que não se deve contrapor o serviço ao poder — ninguém quer um poder impotente! — mas o poder deve estar ordenado para o serviço a fim de não degenerar. Isto é, qualquer poder não ordenado para o serviço degenera. Naturalmente não me estou a referir à “boa política”, na acepção mais nobre do seu significado, nem sequer às degenerações daquela a que chamamos “politiquice”. «Para estabelecer uma vida política verdadeiramente humana — ensina ainda o Concílio — nada melhor do que fomentar sentimentos interiores de justiça e benevolência e serviço do bem comum e reforçar as convicções fundamentais acerca da verdadeira natureza da comunidade política, bem como do fim, reto exercício e limites da autoridade» (*Ibid.*, 73). Estai certos de que a Igreja católica «louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, ao serviço dos homens» (*Ibid.*, 75).

Ao mesmo tempo, estou certo também de que todos sentimos necessidade de *reabilitar a dignidade da política*. Se penso na América Latina, como não observar o descrédito popular no qual caíram todas as instâncias políticas, a crise dos partidos políticos, a ausência de debates políticos de valor que visem projetos e estratégias a nível nacional e continental que vão além das políticas de cabotagem! Além disso, o diálogo aberto e respeitador que procura convergências possíveis é com frequência substituído por rajadas de acusações recíprocas e quedas demagógicas. Faltam também a formação e o intercâmbio de novas gerações políticas. Por isso os povos olham de longe e criticam os políticos e veem-nos como uma corporação de profissionais que cuidam dos próprios interesses ou denunciam-nos com raiva, por vezes sem as devidas distinções, como impregnados de corrupção. Isto nada tem a ver com a necessária e positiva participação dos povos, apaixonados pela própria vida e destino, que deveria animar o cenário político das nações. É claro que há necessidade de dirigentes políticos que vivam com paixão o seu serviço aos povos, que vibrem com as fibras íntimas do seu *etos* e da sua cultura, solidários com os seus sofrimentos e esperanças; políticos que anteponham o bem comum aos seus interesses privados, que não se deixem intimidar pelos grandes poderes financeiros e mediáticos, que sejam competentes e pacientes face a problemas complexos, que sejam abertos a ouvir e a aprender no diálogo democrático, que conjuguem a busca da justiça com a misericórdia e a reconciliação. Não nos contentemos com as limitações da política: precisamos de dirigentes políticos capazes de mobilizar vastos setores populares seguindo grandes objetivos nacionais e continentais. Conheço pessoalmente dirigentes políticos latino-americanos de diversas orientações políticas que se aproximam desta figura ideal.

Como precisamos hoje na América Latina de uma “boa e nobre política” e dos seus protagonistas! Não devemos porventura enfrentar problemas e desafios muito grandes? Em primeiro lugar a preservação do dom da vida em todas as suas fases e manifestações. A América Latina precisa

também de um crescimento industrial, tecnológico, autossustentado e sustentável, ao lado de políticas que enfrentem o drama da pobreza e visem a equidade e a inclusão, porque não é verdadeiro desenvolvimento aquele que deixa multidões indefesas e continua a alimentar uma escandalosa desigualdade social. Não se pode descuidar uma educação integral, que começa na família e se desenvolve numa escolarização de qualidade para todos. É necessário reforçar o tecido familiar e social. Uma cultura do encontro — e não de antagonismos constantes — deve fortalecer os vínculos fundamentais de humanidade e sociabilidade e lançar fundamentos sólidos para uma amizade social que deixe para trás as garras do individualismo e da massificação, da polarização e da manipulação. Devemos encaminhar-nos rumo a democracias maduras, participativas, sem as chagas da corrupção nem das colonizações ideológicas, nem sequer das pretensões autocráticas ou demagogias fáceis. Cuidemos da nossa casa comum e dos seus habitantes mais vulneráveis, evitando qualquer tipo de indiferença suicida e de exploração selvagem. Resgatemos concretamente a exigência de uma integração económica, social, cultural e política de povos irmãos para construir a pouco e pouco o nosso continente, que será ainda maior quando incluir “todas as identidades”, completando a sua mestiçagem, e será paradigma de respeito dos direitos humanos, paz e justiça. Não nos podemos resignar à situação deteriorada na qual hoje com frequência nos debatemos.

Gostaria de dar mais um passo nesta reflexão. O [Papa Bento XVI, no seu discurso de inauguração da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Aparecida](#), indicou com preocupação: «A notável ausência, no âmbito político [...] de vozes e iniciativas de chefes católicos com uma forte personalidade e dedicação generosa, que sejam coerentes com as suas convicções éticas e religiosas». E os bispos de todo o continente decidiram inserir aquela observação nas conclusões de Aparecida, falando de «discípulos e missionários na vida pública» (n. 502). Na realidade, num continente com um grande número de batizados na Igreja católica, de substrato cultural católico, no qual a tradição católica ainda é muito viva nos povos e no qual abundam as grandes manifestações da piedade popular, como é possível que os católicos sejam bastante irrelevantes no cenário político, ou até equiparados com uma lógica mundana? Não há dúvida de que existem testemunhos de católicos exemplares no cenário político, mas nota-se a ausência de correntes fortes que abram caminho ao Evangelho na vida política das nações. E isto não significa fazer proselitismo através da política, nada tem a ver com isto. Há muitos que se professam católicos — e não devemos julgar as suas consciências, mas sim as suas ações — que com frequência demonstram uma escassa coerência com as convicções éticas e religiosas próprias do magistério católico. Não sabemos o que acontece na sua consciência, não a podemos julgar, mas vemos as suas ações. Outros estão de tal forma absorvidos pelos seus compromissos políticos que acabam por relegar a sua fé para segundo plano, empobrecendo-se, sem a capacidade de ser critério-guia e deixar a sua marca em todas as dimensões da vida da pessoa, também na sua prática política. E não faltam aqueles que não se sentem reconhecidos, encorajados, acompanhados e amparados na preservação e no crescimento da fé, pelos Pastores e pelas comunidades cristãs. No final, a contribuição cristã para a ação política manifesta-se somente através das declarações dos Episcopados, sem que se sinta a missão

peculiar dos leigos católicos de organizar, gerir e transformar a sociedade segundo os critérios evangélicos e o património da Doutrina Social da Igreja.

Por tudo isto, quis escolher como tema da precedente Assembleia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina o tema: «O compromisso indispensável dos leigos católicos na vida pública dos países latino-americanos» (1-4 de março de 2016). E a 19 de março enviei uma [carta ao Presidente daquela Comissão, Cardeal Marc Ouellet](#), na qual admoestei mais uma vez contra o risco do clericalismo e apresentei a questão: «O que significa para nós pastores o facto de que os leigos estejam a trabalhar na vida pública?». «Significa procurar o modo para poder encorajar, acompanhar e estimular todas as tentativas e esforços que atualmente já se fazem para manter vivas a esperança e a fé num mundo cheio de contradições, especialmente para os mais pobres, especialmente com os mais pobres. Significa, como pastores, comprometermo-nos no meio do nosso povo e, com o nosso povo, apoiar a fé e a sua esperança. Abrindo portas, trabalhando com ele, sonhando com ele, refletindo e, sobretudo, rezando com ele. “Precisamos de reconhecer a cidade” — e portanto todos os espaços onde se realiza a vida do nosso povo — “a partir de um olhar contemplativo, isto é, um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças”».

E ao contrário «muitas vezes caímos na tentação de pensar que o leigo comprometido é aquele que trabalha nas obras da Igreja e/ou nas realidades da paróquia ou da diocese, e refletimos pouco sobre o modo como acompanhar um batizado na sua vida pública e quotidiana; sobre como, na sua atividade diária, com as responsabilidades que tem, se compromete como cristão na vida pública. Sem nos darmos conta disso, gerámos uma elite laical acreditando que só são leigos comprometidos os que trabalham nas “realidades dos sacerdotes”, e esquecemos, descuidando-o, o crente que muitas vezes queima a sua esperança na luta quotidiana para viver a fé. São estas as situações que o clericalismo não pode ver, porque está mais preocupado em dominar espaços do que em gerar processos. Portanto, devemos reconhecer que o leigo pela sua realidade, a sua identidade, por estar imerso no coração da vida social, pública e política, por ser partícipe de formas culturais que se geram constantemente, precisa de novas formas de organização e de celebração da fé».

É necessário que os leigos católicos não permaneçam indiferentes à vida pública nem fechados nos seus templos, nem sequer que esperem as diretrizes e as recomendações eclesiais para lutar a favor da justiça, de formas de vida mais humanas para todos. «Não é o pastor que deve dizer ao leigo o que fazer e dizer, ele sabe tanto e melhor que nós. Não é o pastor que deve estabelecer o que os fiéis devem dizer nos diversos âmbitos. Como pastores, unidos ao nosso povo, faz-nos bem perguntar-nos como estamos a estimular e a promover a caridade e a fraternidade, o desejo do bem, da verdade e da justiça. Como podemos fazer para que a corrupção não se aninhe nos nossos corações». Até nos nossos corações de Pastores. E, ao mesmo tempo, faz-nos bem ouvir com muita atenção a experiência, as reflexões e as preocupações que podem partilhar connosco os leigos que vivem a sua fé nos diversos âmbitos

da vida social e política.

O vosso diálogo sincero neste Encontro é muito importante. Falai com liberdade. Um diálogo que seja entre católicos, prelados e políticos, no qual a comunhão entre pessoas da mesma crença resulte mais determinante que as legítimas oposições de opções políticas. Por tudo isto participamos na Eucaristia, fonte e ápice de qualquer comunhão. Do vosso diálogo poder-se-ão obter elementos iluminados, elementos orientadores para a missão da Igreja na atualidade. Obrigado de novo e bom trabalho!